

## **8º Alteração do Plano Diretor Municipal de Almeirim.**

### **Ampliação da Área Industrial da SUMOL+ COMPAL**

#### **Fundamentação da Isenção de Avaliação Ambiental**

Nos termos do disposto no artigo 120.º, do RJIGT, compete à Câmara Municipal qualificar as alterações aos planos territoriais municipais, para efeitos da avaliação ambiental, de acordo com os critérios estabelecidos no anexo do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio (Regime jurídico da Avaliação Ambiental – RJAA).

Os critérios que determinam a probabilidade de efeitos significativos no ambiente são os seguintes:

##### **1 - Características da alteração do plano tendo em conta:**

- a) Grau em que a alteração ao plano estabelece um quadro para os projetos e outras atividades no que respeita à localização, natureza, dimensão e condições de funcionamento ou pela afetação de recursos;
- b) Grau em que a alteração ao plano influencia outros planos ou programas, incluindo os inseridos numa hierarquia;
- c) Pertinência da alteração ao plano para a integração de considerações ambientais, em especial com vista a promover o desenvolvimento sustentável;
- d) Problemas ambientais pertinentes para a alteração do plano;
- e) Pertinência da alteração do plano para a implementação da legislação em matéria de ambiente.

##### **2 - Características dos impactes e da área suscetível de ser afetada, tendo em conta:**

- a) A probabilidade, a duração, a frequência e a reversibilidade dos efeitos;
- b) A natureza cumulativa dos efeitos;
- c) A natureza transfronteiriça dos efeitos;
- d) Os riscos para a saúde humana e para o ambiente, designadamente devido a acidentes;
- e) A dimensão e extensão espacial dos efeitos, em termos de área geográfica e dimensão da população suscetível de ser afetada;

- f) O valor e a vulnerabilidade da área suscetível de ser afetada, devido a:
- i. Características naturais específicas ou património cultural;
  - ii. Ultrapassagem das normas ou valores limite em matéria de qualidade ambiental;
  - iii. Utilização intensiva do solo;
- g) Os efeitos sobre as áreas ou paisagens com estatuto protegido a nível nacional, comunitário ou internacional.

**A alteração ao PDM pretendida afetará uma área de território reduzida, não abrangendo qualquer valor ou recurso ambiental, sendo a atividade industrial e de armazenagem diretamente ligada á agricultura, pelo que se considera não ter efeitos significativos no ambiente e como tal não estar sujeita a AA, de acordo com o disposto n.º 1 do artigo 120.º do RJIGT, conjugado com o n.º 1 do artigo 4.º do RJAA.**

Almeirim, 22 de setembro de 2016